



AGENDA LEGISLATIVA

9 A 13 DE DEZEMBRO DE 2024

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (10/12)

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 14h30

Reunião Deliberativa - Tema: Deliberação dos Relatórios Setoriais apresentados à LOA 2025

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 16h00

Reunião Deliberativa - Tema: Deliberação dos Relatórios Setoriais apresentados à LOA 2025

Quarta-feira (11/12)

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 10h00

Reunião Deliberativa - Tema: Deliberação dos Relatórios Setoriais apresentados à LOA 2025

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 14h00

Reunião Deliberativa - Tema: Deliberação dos Relatórios Setoriais apresentados à LOA 2025

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 16h00

Reunião Deliberativa - Tema: Deliberação dos Relatórios Setoriais apresentados à LOA 2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (10/12)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Auditório Freitas Nobre, 08h00

Seminário - Tema: Plano Nacional de Educação (PNE)

Convidados:

- Beatriz Abuchaim, gerente de Políticas Públicas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCV);
- Carlos Nadalim, ex-secretário de alfabetização do Ministério da Educação (MEC)
- Cezar Miola, vice-presidente de Relações Político-institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon);
- Deputado Nikolas Ferreira (PL/MG), presidente da Comissão De Educação da Câmara dos Deputados;
- Deputado Rafael Brito (MDB/AL), presidente da Frente Parlamentar pela Educação (FPE);
- João Batista de Oliveira, fundador do Instituto Alfa e Beto;

- Manoela Miranda, gerente de Políticas Públicas da Todos pela Educação;
- Mauricio Holanda Sase, secretário de Articulação dos Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC); E
- William Ferreira da Cunha, doutor em Física.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Auditório Freitas Nobre, 13h00

Seminário - Tema: Plano Nacional de Educação - PNE

Convidados:

- Claudio de Moura Castro, doutor em Economia pela Universidade de Vanderbilt;
- Guiomar Namó Melo, diretora da Escola Brasileira de Professores (EBRAP);
- Helio Dias, presidente do Instituto para a Valorização da Educação e da Pesquisa no Estado de São Paulo (IVEPESP);
- João Paulo Bachur, coordenador do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP);
- Mario Ghio, conselheiro da Associação Brasileira de Sistema de Ensino e Plataformas Educacionais (ABRASPE);
- Thaís Nascimento Dantas, coordenadora de relações governamentais do Instituto Sonho Grande;
- Wislei Pereira, superintendente de Educação Básica do SESI; e
- Manuela Mirrella, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / A Definir, 14h00

Audiência Pública - Tema: Debater com as Bets autorizadas a operar no Brasil, de acordo com a lista divulgada pelo Ministério da Fazenda

Convidados:

- André Guelfi, diretor presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR);
- Plínio Jorge, presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL); e
- Representante do Ministério da Fazenda (MF).

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 06, 14h00

PL 2850/2024 - Autoriza e regulamenta o compartilhamento de imagens de câmeras de segurança privadas, criando a Rede de Segurança Integrada, e dá outras providências. Item nº 16.

Autor: Dr. Daniel Soranz (PSD/RJ)

Relator: Delegado Caveira (PL/PA)

Parecer: Pela aprovação, na forma do substitutivo.

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / A Definir, 14h30

Audiência Pública - Tema: Desenvolvimento Nacional junto aos BRICS

Convidados:

- Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP);
- Marco Antonio de Freitas Coutinho, coronel do Exército Brasileiro;
- Fabiano Mielniczuk, ex-coordenador de pesquisas do BRICS Policy Center;
- Rodolfo Queiroz Laterza, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL);
- Kirill Konstin, presidente da Organização da Sociedade Civil Smart Civilization;
- Robinson Farinazzo, capitão de mar e guerra reformado da Marinha do Brasil;
- Ricardo Cabral, professor da Escola de Guerra Naval; e
- Lucas Leiroz, co-fundador da Associação dos Jornalistas do BRICS.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 1927/2023 - Institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados. Item nº 27.

Autor: Lucas Ramos (PSB/PE)

Relator: Tabata Amaral (PSB/SP)

Parecer: Pela aprovação deste e do substitutivo da Comissão de Educação (CE), com subemenda de redação.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 08, 15h00

PL 672/2024 - Proíbe a monetização, por detentores de mandatos eletivos, de conteúdos que tenham por objeto o exercício da função pública ou o recebimento de receitas em função de conteúdo produzido com emprego de recursos públicos. Item nº 9.

Explicação: Prevê o repasse do triplo do valor arrecadado com a monetização ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), caso constatada a violação.

Autor: Chico Alencar (PSOL/RJ)

Relator: Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Quarta-feira (11/12)

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 09h30

Reunião Técnica - Tema: Encontro com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho - Ministro Aluysio Corrêa da Veiga

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

Reunião de Comparecimento de Ministro(a) - Tema: Ministro da Educação Camilo Santana presta esclarecimentos sobre a pasta

CME - COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA / Anexo II, Plenário 14, 10h00

PLP 43/2024 - Regulamenta a tributação dos combustíveis e lubrificantes previstos no inciso I, do §6º, do art. 156-A e art. 195, V, da Constituição Federal.

Autor: Alceu Moreira (MDB-RS)

Relator: Hugo Leal (PSD-RJ)

Parecer: Pela rejeição.

CMADS - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / Anexo II, Plenário 02, 10h00

PL 2037/2024 - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispor acerca do licenciamento ambiental simplificado para a implantação ou ampliação de rodovias, gasodutos de transporte de gás natural, de redes de telecomunicação e redes de transmissão de energia elétrica nas faixas de domínio e de servidão da União, dos Estados e Municípios. Item nº 17.

Explicação: Altera a Política Nacional do Meio Ambiente para determinar que o licenciamento ambiental, dentre outros, de redes de telecomunicações em faixas de domínio e de servidão ocorrerá por procedimento simplificado, a ser implementada através da eliminação ou fusão de etapas do procedimento de licenciamento ambiental. Ainda, dispensa da exigência de apresentação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) para o licenciamento ambiental das atividades e dos empreendimentos que não apresentem significativo impacto ambiental.

Autor: Cobalchini (MDB/SC)

Relator: Baleia Rossi (MDB/SP)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

CAPADR - COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL / Anexo II, Plenário 06, 10h00

PL 2853/2022 - Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e dá outras providências. Item nº 14.

Explicação: Trata da renegociação de operações de crédito contratadas a partir dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Autor: Júlio Cesar (PSD/PI)

Relator: Giacobbo (PL/PR)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PLP 137/2019 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial. Item nº 5.

Autor: Flávio Arns

Relator: Luiz Carlos Hauly (PODE/PR)

Parecer: Pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela CICS, com subemendas.

PL 2791/2022 - Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira. Item nº 17.

Explicação: Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

Parecer: Pela aprovação do PL 2.486/2022, apensado, e pela rejeição dos PLs 2.791/2022 e 2.792/2022, apensado.

PL 514/2011 - Estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar. Item nº 20.

Autor: Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Relator: Merlong Solano (PT/PI)

Parecer: Pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária deste, e dos PLs 899/2011, 943/2011, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTI).

PL 2346/2021 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre aperfeiçoamentos no sistema de notificação de óbitos de idosos. Item nº 29.

Explicação: para subsidiar a tomada de decisões sobre as políticas de saúde da pessoa idosa, o Sistema Único de Saúde implementará um sistema de notificação de óbitos de idosos com informações completas, incluindo: data e hora do óbito; causa mortis; condições de saúde prévias ao óbito; local de ocorrência do óbito (domiciliar, hospitalar ou outros); tempo de internação, se óbito hospitalar; local e tipo de residência do idoso (próprio domicílio, instituição de longa permanência pública, privada, filantrópica, ou outros).

Autor: Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste e da Emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

PL 760/2019 - Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. Item nº 1.

Autor: Bacelar (PV/BA)

Relator: Luisa Canziani (PSD/PR)

Parecer: Pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde (CSAÚDE), com substitutivo.

PL 2732/2022 - Institui Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC). Item nº 2.

Autor: Lídice da Mata (PSB/BA)

Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 2357/2024 - Institui o Programa Juventude Digital como Política Pública Nacional, visando à capacitação de jovens, prioritariamente aqueles provenientes da rede pública de ensino, em competências tecnológicas demandadas pelo mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de potencializar oportunidades de emprego e renda para esse público. Item nº 3.

Explicação Geral: Institui Programa, com as seguintes diretrizes: (i) oferecer cursos e treinamentos em áreas como programação, desenvolvimento de software, redes de computadores, segurança da informação, análise de dados, entre outras competências relevantes para o mercado de TIC; (ii) priorizar a participação de jovens provenientes de escolas públicas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social; (iii) promover a inclusão de jovens de todas as regiões do país, com especial atenção para áreas com menor acesso a oportunidades de formação tecnológica; (iv) estabelecer parcerias com empresas do setor de TIC para garantir a atualização constante dos conteúdos oferecidos e a criação de oportunidades de estágio e emprego para os jovens capacitados; e (v) fomentar a criação de startups e projetos de inovação tecnológica entre os participantes do programa.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

REQ 55/2024 - Requer o convite ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para comparecer nesta Comissão e prestar esclarecimentos acerca da regulamentação das BETS e legalização de sites de apostas online, além de ações pretendidas pela pasta. Item nº 7.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em "sites" hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor. Item nº 13.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 1954/2022 - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor. Item nº 28.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico e altera o Código de defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras (PT/PE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Quinta-feira (12/12)

CEDES - CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS / Anexo II, Plenário 04, 10h00

Reunião Técnica - Tema: Impactos da Inteligência Artificial na economia

Convidados:

- Deputado Hélio Lopes (PL/RJ);
- Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Luis Claudio Kubota, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Otaviano Canuto, professor da Elliott School of International Affairs da George Washington University;
- Willian Adamczyk, pesquisador em economia do trabalho e automação;
- Angelo Azevedo Queiroz, consultor legislativo;
- Guilherme Pereira Pinheiro, consultor legislativo;
- Igor Manuel Moreira Lima, consultor legislativo;
- Charles da Costa Bruxel, consultor legislativo;
- Thiago Freire Laporte, consultor legislativo; e
- Leonid Garnitskiy, consultor legislativo.

CLP - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Plenário 03, 10h00

Seminário - Tema: O Novo Arcabouço Fiscal e o Pacote de Cortes de Gastos: impactos na saúde, educação, seguridade social e direitos trabalhistas

Convidados:

- Adalberto Maluf, secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Daniel Maia Vieira, diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Isabella Sene, especialista em Técnico Regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR);
- Renata Menescal, diretora de Assuntos Jurídicos e Regulatórios da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL);
- Anton Schwyter, representante da Coalizão Energia Limpa;
- Zilda Costa, vice-presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD);
- Fernanda Delgado, diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde (ABIHV);
- Celso Cunha, presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN);
- Celso Mattos, presidente do Sindirepa/RJ e Vice-Presidente da Firjan/RJ;
- Marisete Fátima Pereira, presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia (ABRAGE);
- Alessandra Torres, presidente da Associação Brasileira de PCHs e CGHs (ABRAPCH);

- Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Representante do Instituto de Petróleo, Gás e Energia (IPEGEN);
- Representante do Refina Brasil;
- Representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica); e
- Representante do Instituto Nacional de Energia Limpa (INEL).

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (10/12), 14h00

Sessão Plenária - Tema: Destinada à deliberação de autoridades sabatinadas pelas Comissões permanentes, e dos demais itens constantes da pauta publicada pela Secretaria-Geral da Mesa.

PEC 3/2020 - Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos. Item nº 1.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

Parecer: Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 3.

PL 2338/2023 - Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Item nº 4.

Explicação: Estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Quarta-feira (11/12), 14h00

PEC 3/2020 - Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos. Item nº 1.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

Parecer: Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 3.

PLP 68/2024 - Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências. Item nº 3.

Autor: Presidência da República

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

Parecer: Pendente.

Segunda-feira (09/12)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 16h00

PLP 68/2024 - Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências. Item nº 1.

Autor: Presidência da República

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

Parecer: Pela aprovação, com emendas, na forma do substitutivo.

Terça-feira (10/12)

CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h00

PLC 134/2017 - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências". Item nº 3.

Explicação: permite que os recursos do FNO, FNE e FCO, financiem as atividades produtivas ligadas à economia criativa relacionada às áreas de software/jogos eletrônicos de lazer e entretenimento e serviços de computação e software, entre outros.

Autor: Giuseppe Vecci

Relator: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

Parecer: Pela aprovação, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h00

Reunião - Tema: Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLDO 2024 (PL 003/2024-CN) que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 09h30

Reunião - Tema: Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao PLDO 2025 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2024), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

Relator: Esperidião Amin.

CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 10h00

Audiência Pública - Tema: Audiência Pública Interativa com o objetivo de debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional após a EC 132 e regulamentação do PLP 68/2024.

Convidados:

- Carlos Eduardo Xavier, presidente do Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda (Comsefaz);
- Roni Peterson Bernardino de Brito, auditor-fiscal da receita federal do Brasil (RFB);
- Luiz Antônio Faria de Sousa, vice-presidente da associação brasileira pró-desenvolvimento regional sustentável (Adial Brasil);
- Pablo Cesário, presidente-executivo da Associação das Companhias Abertas (Abrasca);
- Gilberto Alvarenga, consultor tributário da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), representante de José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Mário Sérgio Carraro Telles, superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

PL 3085/2021 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a adoção de metodologias ativas de aprendizagem no ensino fundamental e no ensino médio. Item nº 3.

Explicação: determina previsão explícita de valorização das metodologias ativas de aprendizagem na educação básica, especialmente a serem vivenciadas nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A título de compensação pela participação nessas atividades, que serão consideradas de relevante valor social, os estudantes monitores poderão ser contemplados, na forma do regulamento, com auxílio transporte e alimentação, pontuação adicional em exame de acesso à educação superior e registro da atividade como crédito acadêmico de curso superior.

Autor: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relator: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

Parecer: Pela aprovação, com emenda.

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

Reunião - Tema: Deliberação das emendas da Comissão ao PLN 3/2024, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências (alteração proposta pela Mensagem presidencial nº 983/2024)".

Relator: Chico Rodrigues

CPIBETS - CPI DAS BETS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 11h00

Reunião - Tema: Deliberação de requerimentos; Depoimentos

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 12h00

Reunião - Tema: Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 3/2024 (LDO 2025), que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

Relator: Paulo Paim

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 14h00

Reunião - Tema: Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CDD à CMO, referentes ao PLDO 2025 (PLN 3/2024), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

Relatora: Teresa Leitão

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 14h30

PL 4400/2021 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social. Item nº 1.

Explicação: institui crime apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social ou invadir dispositivo informático de uso alheio e extorsão precedida de apropriação indevida, com determinação de pena.

Autor: Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Weverton (PDT/MA)

Parecer: Pela aprovação, com emendas.

PL 651/2022 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Item nº 2.

Explicação: acrescenta ao Código Penal os crimes de extorsão mediante sequestro digital e estelionato digital.

Autor: Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Portinho (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CPIMJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 14h30

Oitiva - Tema: Oitiva de Thiago Chambó Andrade

Quarta-feira (11/12)**CESP - COMISSÃO DE ESPORTE / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 09h00**

PL 6118/2023 - Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos. Item nº 6.

Autor: Izalci (PL/DF)

Relator: Rodrigo Cunha (PODE/AL)

Parecer: Pendente

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h30

PL 2758/2021 - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade. Item nº 2.

Explicação: retira uma vaga das entidades da sociedade civil com atuação relacionada a proteção de dados pessoais e a concede à OAB.

Autor: Veneziano (MDB/PB)

Relator: Rodrigo Cunha (PODE/AL)

Parecer: Pela aprovação, com emenda.

PL 4/2022 - Altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e 10.865, de 30 de abril de 2004, para permitir o desconto de créditos relativos a valores despendidos com investimentos em atividades de adequação e operacionalização da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação). Item nº 4.

Explicação: concede benefício fiscal para viabilizar a devida implantação da LGPD nas empresas.

Autor: Izalci (PL/DF)

Relator: Veneziano (MDB/PB)

Parecer: Pela aprovação.

PL 879/2022 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para qualificar o crime de invasão de dispositivo informático quando houver a obtenção de dados pessoais e criar o crime de sequestro de dados informáticos. Item nº 6.

Explicação: qualifica como crime a invasão de dispositivo informático quando se da invasão resultar em obtenção de dados pessoais, conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, ou informações sigilosas, com pena de reclusão de 2 a 5 anos ou multa. Ademais, também qualifica o sequestro de dados informáticos como crime, com pena de reclusão de 3 a 6 anos e multa.

Autor: Jornalista Carlos Viana (PODE/MG)

Relator: Zequinha Marinho (PODE/PA)

Parecer: Pela aprovação.

PL 615/2024 - Altera a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, para garantir autonomia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados nos termos que especifica. Item nº 11.

Explicação: Entre outros, prevê que a ANPD - agência reguladora de natureza especial - não será tutelada ou subordinada hierarquicamente, bem como possuirá autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos. Além disso, o seu controle externo será exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), devendo a mesma elaborar relatório anual circunstanciado de suas atividades. Além disso, estabelece a elaboração quadrienal de plano estratégico que conterà os objetivos, as metas e os resultados estratégicos esperados das ações da agência.

Autor: Angelo Coronel (PSD/BA)

Relator: Flavio Arns (PSB/PR)

Parecer: Pela aprovação.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 09h30

1ª Parte – Indicação de Autoridades

MSF 31/2024 - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor IAGÉ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD. Item nº 1.

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

Parecer: Pela aprovação.

2ª Parte – Deliberativa

PLP 68/2024 - Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências. Item nº 1.

Autor: Presidência da República

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

Parecer: Pela aprovação, com emendas, na forma do substitutivo.

CPIMJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 10h00

Oitivas - Tema: Oitiva do Presidente da Federação de Futebol do Distrito Federal; e de convocado pela CPI